

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.475 - SP (2019/0040630-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BIRIGUI
ADVOGADO : DIEGO HENRIQUE AZEVEDO SANCHES - SP292390

DECISÃO

Trata-se de agravo da UNIÃO, em que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 3ª Região assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - RFFSA - IPTU - IMUNIDADE.

1. O STF (RE 599176) e a 2ª Seção do TRF3 (EI 1673095) negam a imunidade à União, na qualidade de sucessora da RFFSA, por débitos tributários desta última.
2. O tributo devido pela RFFSA, antes de sua extinção, é exigível da União.
3. Apelação e remessa oficial providas.

No especial, a parte alega violação dos arts. 21, 150, 172, 173 e 175 da Constituição e dos arts. 130 e 131 do CTN. Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido se equivocou ao não aplicar à RFFSA a imunidade tributária ao IPTU.

Recurso inadmitido na origem por óbice da Súmula 7 do STJ.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de embargos à execução fiscal pleiteando a extinção da execução por imunidade da UNIÃO quanto ao IPTU dos bens incorporados antes pertencentes à RFFSA.

No primeiro grau de jurisdição, os embargos foram julgados procedentes, concluindo-se pela imunidade recíproca da UNIÃO pelas obrigações de IPTU não adimplidas pela RFFSA relativa aos imóveis incorporados.

Irresignada, a municipalidade interpôs recurso de apelação, provido pelo Tribunal *a quo*. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fl. 177 e seguintes):

A execução tem por objeto a cobrança de imposto relacionado a fatos geradores anteriores a 22 de janeiro de 2007.

Nesta última data, a União sucedeu a extinta RFFSA, aqui a suposta devedora originária.

O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, reconheceu a responsabilidade tributária da União, na qualidade de sucessora da RFFSA,

Superior Tribunal de Justiça

por débitos anteriores à data da sucessão:

[...]

Neste precedente, o voto do Ministro Luiz Fux ressaltou que a definição do tema ainda dependia da consideração de outro fundamento:

[...]

Na linha do destaque acima, o Ministro Celso de Mello, em decisão monocrática, chegou a reconhecer a imunidade à União - RE 971808.

Ocorreu que o próprio Ministro Celso de Mello mudou de posição e decidiu que a questão não deveria ser apreciada pelo STF - RE 971802.

Isto, após o próprio STF recusar, à matéria, a apreciação em regime de repercussão geral - Tema 909.

Seja como for, a 2ª Seção do TRF3 firmou o entendimento de que a União deve responder pelos débitos tributários da RFFSA. Confira-se:

[...]

Opostos embargos de declaração pela UNIÃO requerendo manifestação do Tribunal *a quo* quanto à imunidade da RFFSA, foram eles rejeitados.

Pois bem.

Inicialmente, em relação à tese da imunidade da RFFSA quanto ao IPTU, ressaltando-se o recurso especial do devido questionamento, já que sobre essa tese não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, fazendo incidir o óbice constante na Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*".

É verdade que o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 consagrou o "questionamento ficto", o qual prescreve, *in verbis*:

Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Ocorre que esta Corte tem entendido que o acolhimento do questionamento ficto de que trata o aludido dispositivo, na via do especial, exige do recorrente a indicação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1.067.275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017, e AgInt no REsp 1.631.358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017), o que não ocorreu, *in casu*.

Por fim, considerando o trabalho adicional realizado nesta instância especial, os honorários sucumbenciais recursais (art. 85, §11, do CPC/2015) hão de ser majorados em 10% sobre o valor já arbitrado pelas instâncias ordinárias (e-STJ fl. 245).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Majoro os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já arbitrado pelas instâncias ordinárias,

Superior Tribunal de Justiça

respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º, art. 85, CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

